

EM MEMÓRIA DE ANA ROSA KUCINSKI, ASSASSINADA PELA DITADURA MILITAR

Rogério Ferro e Camila Rodrigues da Silva
Jornalistas



Professora demitida em 1975 pela Congregação do Instituto de Química da USP por suposto “abandono de função” (na verdade fora executada pela Ditadura Militar), Ana Rosa Kucinski foi homenageada em agosto último por docentes, estudantes, amigos e familiares. O Fórum pela Redemocratização da USP pede que o caso seja revisto pela Congregação. Em julho de 1995, a Reitoria cancelou a dispensa efetuada vinte anos antes, mas a Congregação não tomou qualquer medida para reabilitar a memória de Ana Rosa e jamais pediu desculpas

“Certeza da morte já é um sofrimento suficiente, por assim dizer. Um sofrimento brutal. Agora, a incerteza de uma morte, que no fundo é certeza, mas formalmente não é, é muito pior. Passam-se anos até que as pessoas comecem a pensar que houve morte mesmo. E os pais principalmente, já mais idosos, nunca conseguem enfrentar essa situação com realismo.”

A leitura deste depoimento do jornalista e professor universitário aposentado Bernardo Kucinski, extraído do livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa, deu início, numa ensolarada manhã de agosto, a um ato público realizado na área externa do Instituto de Química (IQ-USP), na Cidade Universitária do Butantã, que lembrou e pediu reparações às injustiças sofridas por sua irmã, Ana Rosa Kucinski.

Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), a professora do IQ foi capturada em 22 de abril de 1974, torturada e morta nesse mesmo ano pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar. Dezenove meses depois, uma votação na 46ª reunião mensal da Congregação do instituto decidiu por sua demissão por “abandono de função”, apesar de saber-se de suas atividades políticas e de seu desaparecimento (*Revista Adusp* 33, p. 92).

Organizado pelo Fórum Aberto pela Democratização da USP, movimento que reúne cerca de vinte grupos organizados dentro da universidade, o ato em memória de Ana Rosa foi realizado em frente ao espaço conhecido como “Queijinho”, complexo de salas de aula do IQ, e aglomerou algumas dezenas de pessoas

entre familiares e amigos da vítima, professores, funcionários e alunos.

Concretamente, o movimento reivindica da Congregação a revogação da decisão de 1975, e propõe que o “Queijinho” receba o nome de Complexo Ana Rosa Kucinski. “É nosso dever reparar um equívoco cometido no passado. Primeiro, porque a Congregação do IQ não é mais a mesma. Segundo, porque hoje não vivemos mais sob a Ditadura, como em 1974. Terceiro, porque as pressões políticas que levaram à aprovação do desligamento por abandono de função não podem mais existir em uma universidade comprometida com valores democráticos e com os direitos humanos”, diz o documento do Fórum Aberto pela Redemocratização.

Após a inclusão do nome da professora do IQ na lista da CEMDP, a Reitoria adotou seu único gesto de revisão do caso: o reitor Flávio Fava de Moraes determinou o cancelamento da rescisão contratual por abandono de serviço, em despacho de 18/7/1995

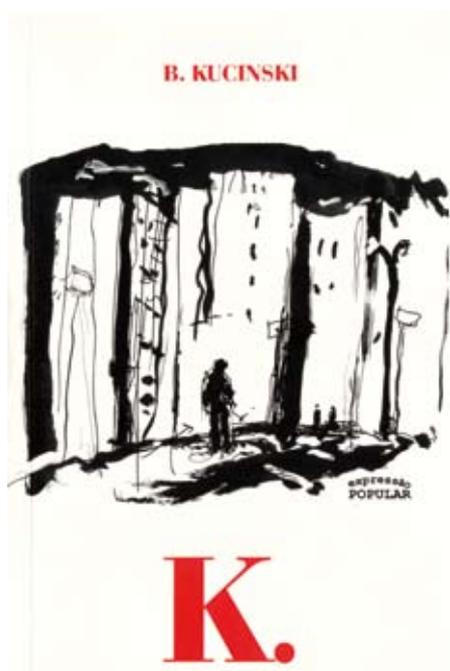
Bernardo Kucinski, autor de uma angustiante descrição da rotina de seu pai em busca da filha Ana Rosa, no livro *K.*, publicado em 2011, esteve presente no ato. Durante a manifestação, ele se disse “cansado”. Afi-



Professor Bernardo Kucinsky

nal, só em 1995, 21 anos depois do desaparecimento de sua irmã, a lei 9.140 incluiu o nome da vítima em uma lista de pessoas que se encontravam desaparecidas “em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, entre 2/9/61 e 15/8/79, e que por este motivo tenham sido detidas por agentes públicos”. Tal lista foi examinada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída por essa mesma lei, e Ana Rosa foi finalmente declarada vítima do Estado brasileiro. Pode-se entender que nessa época terminou a já frágil esperança da “incerteza da morte” a que Kucinski se referia em seu depoimento.

Após a inclusão do nome da professora do IQ na lista da CEMDP, a Reitoria da USP adotou seu único gesto de revisão do caso: a pedido do professor Bernardo Kucinski, o reitor Flávio Fava de Moraes determinou o cancelamento da pena de

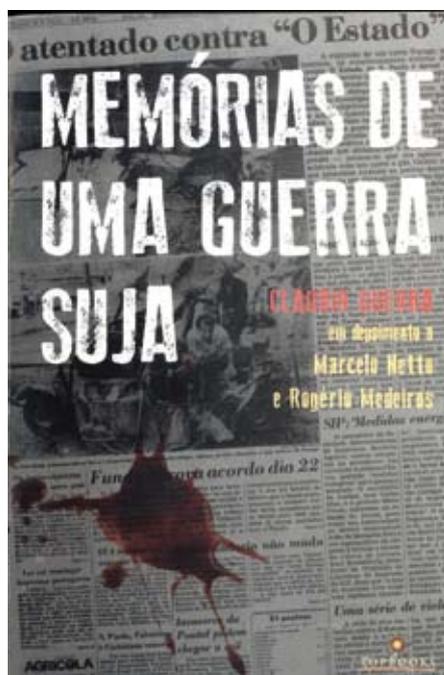


O livro de Bernardo...

dispensa (rescisão contratual) por abandono de serviço, em despacho de 18/7/1995, publicado no *Diário Oficial do Estado* de 27/7/1995. Uma medida puramente formal. Apenas isso: não deu divulgação ao ato, não advertiu os envolvidos, nem reconheceu sua dívida moral com a família da vítima. Já os integrantes da Congregação jamais se desculparam.

Para Bernardo Kucinski, a USP de hoje tem práticas institucionais que a distanciam do que deveria ser uma instituição democrática. Como exemplo, citou a reunião recente da Congregação do IQ em que o diretor da unidade propôs um voto de repúdio ao teor do seu livro *K.* “Se ainda há gente tentando desqualificar meu relato, sinceramente, não acredito que vá acontecer algo importante depois dessa nossa manifestação aqui”, lamentou.

Na reunião de junho da Congregação, o diretor Fernando Rei Ornellas sugeriu que se fizesse uma



... e o de Guerra

moção de desaprovação a um capítulo do livro *K.*, “A Reunião da Congregação”, publicado na edição 52 da *Revista Adusp*. O diretor sentiu-se ofendido quando, numa passagem assumidamente especulativa do texto de Bernardo Kucinski, o professor Otto Gottlieb, ao avaliar o comportamento dos colegas no decorrer da reunião, refere-se — apenas em pensamento — ao professor Ernesto Giesbrecht, presidente da Congregação, e portanto o principal responsável direto pela desonrosa demissão de Ana Rosa, como *schwein* (“porco”, em alemão).

“Ele [Giesbrecht] foi meu professor e era uma das pessoas mais doces deste instituto”, declarou à reportagem da *Revista Adusp* o diretor do IQ. “Achei uma injustiça. E o professor Otto nunca falaria aquilo do professor [Geraldo] Vicentini! Mas conversei com alguns professores que me aconselharam a não mexer com isso”. Segundo Ornellas

e outros membros da Congregação que estiveram na reunião, não houve votação formal para decidir se a carta de repúdio seria publicada.

“O Brasil silenciou, negou, minimizou, encobriu as feridas do passado recente e assim fez também a USP. Mas chegou a hora de falar, de contar essas histórias. Só assim será possível entender o presente e olhar para o futuro”, declarou a professora Elisabetta Santoro, da Adusp

“Estou aqui em respeito à velha guarda, aos colegas, camaradas e amigos que eu sabia que estariam presentes”, afirmou Kucinski no ato. Suas declarações, no entanto, não devem ser interpretadas como uma desistência ou resignação perante a derrota da democracia. Talvez sim, uma passagem de bastão. “Cabe aos jovens, que são poucos aqui hoje, organizar essas coisas, eu estou cansado. Tudo isso foi muito desgastante. As novas bandeiras surgem e com elas, novas necessidades, o que é compreensível. O que não pode é o passado ficar para o passado, esquecido”, alerta.

É o que pensa Marcela Espóposito Baena, 20 anos, aluna do curso de licenciatura em Química e uma das participantes do ato. “Temos que, em conjunto, continuar cons-

truindo uma democracia que, para nascer, derramou sangue no Brasil”, diz. “Nossa principal reivindicação é que a Congregação do Instituto reconheça oficialmente a professora Ana Rosa como uma desaparecida política, alguém que foi assassinada pelo regime militar e reveja seu processo”, explica Fábio Franco, diretor da Associação dos Pós-Graduandos (APG) da USP.

“O Brasil silenciou, negou, minimizou, justificou, encobriu as feridas

do seu passado recente e assim fez também a USP. Mas chegou a hora de falar, de contar essas histórias. Essas histórias precisam ser conhecidas e seus protagonistas lembrados. No lugar de silenciar e justificar, é preciso passar a limpo o passado, pois só assim será possível entender o presente e olhar para o futuro”, declarou em leitura emocionada Elisabetta Santoro, vice-presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp).

O Fórum Aberto pela Democratização da USP considera que a Universidade foi um palco privilegiado das ações de repressão política e que muitas histórias ainda precisam ser contadas sobre esse período. Por isso, o movimento reivindica a instalação de uma Comissão da Verdade da USP, dotada de autonomia e independência para apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas no período de 1964 a 1985. A carta lida



Professora Elisabetta Santoro

no início do ato, que contém todas as reivindicações relativas ao processo da professora Ana Rosa Kucinski, foi entregue à direção do IQ.

Recentemente, o ex-delegado do DOPS-ES e ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) Cláudio Guerra apontou Ana Rosa e seu esposo Wilson Silva, também militante da ALN, como duas das pessoas que tiveram os corpos incinerados por ele na Usina Cambahyba (RJ), em 1974. “Eu e o sargento Levy, do DOI [Destacamento de Operações de Informações], fomos levar seus corpos. Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordida pelo corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo levava a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morte por tortura é muito mais desumano”.

Ainda segundo Guerra, foram incinerados no local mais oito cadáveres de pessoas assassinadas no DOI-CODI e na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), e alguns que vieram de São Paulo. A revelação consta do livro *Memórias de uma guerra suja*, lançado em maio deste ano pelos jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Netto, que colheram um longo e detalhado depoimento do ex-delegado sobre seu envolvimento nas atrocidades cometidas pela Ditadura Militar.

Após o ato, o diretor do IQ, Fernando Rei Ornellas, foi questionado se a revisão da demissão da professora Ana Rosa seria item da pauta da reunião seguinte da Congregação, em agosto. “Nem a direção nem a assistência acadêmica receberam nenhum pedido formal de revisão do caso. O assunto será pauta se algum conselheiro levá-lo para a reunião da Congregação”, disse Ornellas.